



A Coluna Broadcast, do Jornal O Estado de S. Paulo, trouxe nesta semana uma matéria abordando os encontros que a CNseg tem realizado com governos estaduais para apresentar as propostas de atuação do setor de seguros junto ao poder público. As proposições incluem o uso de seguros em concessões e parcerias público-privadas (PPPs), no licenciamento ambiental, em licitações de obras públicas e também na redução dos impactos de catástrofes climáticas.

O Broadcast informa que a agenda é pilotada pelo ex-secretário do Tesouro e diretor de Relações Legislativas da CNseg, Esteves Colnago, já tendo havido reuniões técnicas com representantes dos governos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, havendo previsão de conversas com os governos de Minas Gerais e Goiás.

Segundo Colnago, a ideia é fazer com que os governos considerem a possibilidade de usar seguros para uma série de finalidades para as quais hoje as apólices são pouco lembradas. Isso inclui o acionamento de garantias em casos de descumprimento de contrato em obras públicas ou um seguro obrigatório para atender famílias atingidas por enchentes e tempestades, proposta que a CNseg encampou.

O diretor da CNseg afirmou que, no caso das catástrofes, os governos de estados mais atingidos, como o Rio Grande do Sul, têm demonstrado maior interesse, mas o seguro tem de valer para todo o País para que seja viável, com locais menos vulneráveis compensando os riscos dos mais atingidos.

A aproximação do setor com os governos é uma das bandeiras da gestão do presidente da Confederação, o ex-ministro do Planejamento Dyogo Oliveira. As propostas apresentadas são uma das ações previstas do [Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros](#), o PDMS, lançado pela CNseg neste ano com o objetivo de ajudar o mercado de seguros a alcançar uma participação no PIB equivalente a 10% em 2030, contra os cerca de 6% atuais.

**Fonte:** CNseg, em 29.12.2023